



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPEONES DO NORTE

Nº 31 — 2ª SÉRIE

NOVEMBRO DE 1973

PREÇO \$50

ACTIVA PARTICIPAÇÃO DOS CAMPEONES NA GRANDE CAMPANHA POLÍTICA DE MASSAS

Uma característica importante e de certo modo nova da grande campanha política de massas que se desencadeou por ocasião das chamadas «eleições» para deputados, foi a larga participação que nela tiveram os camponeses de alguns distritos. Os problemas das camadas camponesas e da agricultura foram discutidos com bastante profundidade nos distritos de Santarém, de Évora, de Coimbra, na região rural de Lisboa, no distrito de Aveiro, e noutros onde a Oposição Democrática apresentou candidatos. Mesmo no distrito de Viseu onde não foram apresentadas candidaturas da oposição, foram apesar disso muito positivas as discussões que se realizaram em vários concelhos do distrito para a elaboração e aprovação de um Programa eleitoral que é fundamentalmente um programa de reivindicações camponesas.

Esta activa participação de camponeses na campanha revela um mais vasto alargamento da influência e do poder mobilizador do Movimento Democrático e uma maior radicalização política das camadas camponesas, reflexo, sem dúvida, das lutas que ultimamente têm vindo a desenvolver e em que têm participado largas centenas de pequenos e médios camponeses.

A colaboração e participação de camponeses no trabalho de várias comissões concelhias e de freguesia do Movimento Democrático, possibilitou que em alguns distritos fossem formuladas com clareza e precisão as reivindicações dos pequenos e médios produtores agrícolas.

Além das condições objectivas do momento facilitarem esta participação, para que ela se verificasse concorreu também bastante o facto de, pela primeira vez em campanhas do género, aparecerem candidatos camponeses que ao longo da campanha abordaram essencialmente nas suas intervenções os problemas da agricultura da região. Ao tratarem dos problemas da sua região, procuravam enquadrá-los na crise geral em que se debate a agricultura no nosso país, vítima da política fascista submetida aos interesses dos grandes monopolistas, visando o apressamento da ruína e a liquidação do pequeno e médio camponês.

Aos comícios da oposição e muito particularmente aqueles onde eram debatidos os problemas das massas camponesas, estas acorreram com vivo interesse tendo por vezes activa participação nas discussões. No distrito de Aveiro, por exemplo, realizaram-se comícios com carácter especificamente camponês. Neles participaram largas centenas de pessoas ligadas ao trabalho da terra. Foram aí abordados os seus problemas mais sentidos: falou-se dos baldios roubados pelos serviços florestais; foi desmascarado o roubo da taxa do vinho; o carácter monopolista da Madeiper e o serviço que presta aos monopolistas da celulose; os interesses que ditaram a supressão do comboio do Vale do Vouga; as indemnizações devidas a milhares de camponeses arruinados pelo incêndio de Agosto de 1972; o fracasso da assistência médica no

(continua na pág. 2)

CENTRO TÉCNICO DA MADEIRA:

uma nova ameaça ao pequeno produtor

Foi recentemente criado pelo Governo para apoiar aos grandes industriais da madeira o Centro Técnico da Madeira. Segundo os objectivos publicamente confessados, este Centro será um instrumento para o progresso técnico da indústria — evidentemente ao serviço dos grandes industriais para aperfeiçoar e aumentar as suas condições de concorrência com os pequenos industriais do ramo. Para o compreender basta ver a constituição da sua direcção, em que figuram nomes como o de Antero Olate e outros grandes industriais. Mas não são só os pequenos e médios industriais que verão os seus in-

teresses ameaçados por esta união dos grandes. Também os pequenos produtores de madeira que das suas pequenas matas e pinhais vão procurando tirar alguma compensação para equilibrar as suas dificuldades de agricultores, têm pela frente, com este Centro, uma nova ameaça. Já na primeira reunião do C.T.M., patrocinada pelo Grémio dos Industriais da madeira, foi abordado o problema «do atraso de florestação» que dizem eles, fará diminuir o ritmo de crescimento da indústria, cifrado à roda dos 18 % ao ano. Pensam tomar medidas para maior evolução da actividade da indústria.

Como tubarões que são, e agora melhor unidos através deste Centro, vão certamente organizar uma ofensiva por um lado, para baixar os preços de compra da madeira e por outro lado para tentarem apoderar-se, possivelmente, das pequenas matas, pinhais e dos baldios dos povos que transformarão em grandes explorações florestais. As ameaças aos pequenos produtores já estão formuladas, pelo menos no que respeita aos preços de compra da madeira.

Os pequenos e médios produtores que até aqui tinham pela frente a Madeiper a centralizar a compra para os tubarões da Celulose, passam a ter o CTM a centralizá-la para os industriais da madeira. Enquanto os pequenos produtores se mantiverem dispersos são presa fácil para os grandes que, esses, estão a unir-se com o apoio do governo dos monopólios.

Cada vez mais se torna necessário, para a própria sobrevivência dos pequenos produtores, que se unam em cooperativas de exploração florestal. Que exijam do Governo que lhes seja permitido associarem-se livremente para defenderem os seus interesses, e que o Governo garanta preços compensadores para a compra da madeira.

Só unidos e activos poderão defender os seus interesses face aos tubarões das indústrias da celulose e da madeira.

PARTICIPAÇÃO DOS CAMPONESES

NA CAMPANHA POLÍTICA

(continuação da pág. 1)

campo; a impunidade com que os monopolistas de Cacia têm poluído as águas do Vouga e as terras marginais; o parasitismo e corrupção dos organismos corporativos do estado fascista; as dificuldades que cada dia mais vêm sentindo os pequenos e médios camponeses que para fugirem à miséria são obrigados a abandonar os campos constituindo o maior contingente da emigração; e, finalmente, a necessidade duma reforma agrária que modifique radicalmente a sua situação, entregando a terra a quem a trabalha.

Acorrendo com entusiasmo aos comícios e reuniões da Oposição Democrática, vastas camadas de camponeses ganharam uma maior consciência, não só das causas da sua situação de ruína e da crise da agricultura, mas também da situação do país debaixo da ditadura fascista de M. Caetano; e deram a uma calorosa adesão ao Movimento Democrático cujos objectivos imediatos (fim da guerra colonial, luta contra o poder dos monopolistas, conquista das liberdades democráticas) correspondem aos interesses vitais de todo o povo português.

AVOHO VINICULTORES DE ÁGUEDA RECUSAM PAGAR A TAXA DO VINHO

No dia 17 de Outubro uma comissão de pequenos agricultores de Fermentelos entregou no Grémio da Lavoura de Águeda um abaixo-assinado, elaborado colectivamente na freguesia, em que expõem as razões da sua recusa ao pagamento da taxa de \$20 por litro de vinho, respeitante aos manifestos da colheita de 1967.

Essa exposição, assinada por 67 chefes de família da freguesia, foi enviada a Marcelo Caetano e também à Junta Nacional do Vinho. Camponeses das freguesias vizinhas, como a do Espinhal e outras, continuaram a recolher assinaturas para a mesma exposição, só não a tendo enviado ao mesmo tempo por se estar em plena época das vindimas, com o pessoal todo muito ocupado.

Em toda a região, a reacção dos camponeses tem sido o não pagamento da taxa, pois consideram que nem a Junta Nacional do Vinho, nem o Grémio da Lavoura (encarregado da cobrança) têm o direito de exigir-lhes qualquer pagamento, tanto mais que nunca receberam o mínimo benefício ou ajuda desses organismos da lavoura.

Esta recusa ao pagamento da taxa deveria generalizar-se a todos os distritos do Norte onde a JNV pretenda fazer a sua cobrança. Para uso e exemplo dos vinicultores das outras regiões, copiamos alguns extractos da exposição dos seus colegas de Fermentelos:

«1.º — Não podemos aceitar que nos seja determinado «o quantitativo para o consumo próprio e da casa agrícola» (cinco por cento) que é deduzido à produção total do vinho para sobre o restante recair uma taxa de \$20 por litro. Cinco por cento da produção está muito longe de satisfazer as necessidades do nosso consumo familiar.

«2.º — Fazendo nossas as alegações dos vinicultores da região de Lafões, que em Agosto de 1971, também dirigiram a V. Ex.ª uma exposição, achamos:

— «Inconstitucional um Decreto-Lei que, contrariamente ao que se dispõe no artigo 70.º, n.º 1 e 2, da Constituição Política da República Portuguesa, veio legislar sobre matéria (criação de taxas) reservada a diploma emanado da Assembleia Nacional,

— «legal, receber em 1973 avisos respeitantes a «taxas que, a existirem há muito tinham sido atingidas pela caducidade, por não terem sido liquidadas na altura própria».

«3.º — Não nos parece que a criação da taxa do vinho tenha presidido um critério de verdadeira defesa e atenção aos interesses da grande maioria dos vinicultores. Este encargo fiscal não pode ser suportado pela Lavoura.

«4.º — Não conseguimos entender para que serve a taxa cobrada pela JNV; para uso dos funcionários da JNV?

«Porque não apresenta a Junta Nacional do Vinho contas anuais à agricultura para se saber quanto dinheiro esta lhe entregou e o que fez a Junta em benefício dela?

«IV — Os organismos corporativos locais ligados à produção do vinho, isto é, à fiscalização e à cobrança das taxas, pouco ou nada fazem em benefício da vinicultura.

«(...) Por isso, os signatários, além de reconhecerem a necessidade de se pôr em prática uma política global de defesa do agricultor e, neste caso, do vinicultor, apelam para V. Ex.ª no sentido de:

«1.º — NÃO SER EXERCICDO O PAGAMENTO DAS TAXAS EM ATRASO, A PARTIR DE 1967 (inclusivé);

«2.º — ABOLIR IMEDIATAMENTE A TAXA DO VINHO, A PARTIR DAQUELA DATA.»

CONCENTRAÇÃO EM ALPIARÇA

Depois das grandes trovoadas que assolaram a região de Vila Franca causando grandes prejuízos nos meloais e tomatais, os camponeses de Alpiarça mobilizaram os agricultores mais atingidos e organizaram uma reunião onde estiveram cerca de 60 camponeses. Foi feita uma exposição ao governo pedindo indemnizações que foi entregue por uma comissão no Grémio da Lavoura de V. F. de Xira, onde se concentraram cerca de 100 camponeses que acompanharam a comissão. Mesmo os camponeses não atingidos solidarizaram-se com os seus colegas e participaram na concentração.

NÃO PODEMOS FICAR «A ESPERA DA CHUVA»!

De um leitor do nosso jornal recebemos o artigo que a seguir publicamos pois, embora com certo atraso relativamente ao problema tratado, tem muito interesse pelo que representa de desmascaramento da inoperância dos Grêmios e doutros organismos técnicos fascistas da agricultura.

Nas regiões do Minho e Douro Litoral uma praga de «lagarta azul» invadiu as hortas e até as habitações, desbastando, da noite para o dia, as culturas em especial as couves. Estando o tempo bastante quente e seco, condições boas para o desenvolvimento das lagartas, estas rapidamente se reproduziram e espalharam nessas regiões. Provocando a destruição das hortaliças, provocaram também um agravamento da situação, já de si precária, dos camponeses do Norte.

Os lavradores dirigiram-se aos Grêmios, pediram auxílio, reclamaram o apoio técnico a que têm direito, protestaram! E a que assistimos? Qual a resposta que tiveram? Qual a assistência que lhes foi prestada? — Nada!

CONTRA OS AUMENTOS DE IMPOSTOS E COTIZAÇÕES

Os habitantes do concelho de Moncorvo, na maioria ligados ao trabalho da terra, estão profundamente revoltados e iniciaram um movimento de protesto contra uma prepotência da Câmara que pretende elevar de 26\$00 para 52\$00 o imposto de prestação de trabalho. Consideram que tal imposto deve ser extinto, visto que muitas câmaras municipais já nem o exigem, em vez de ser abusivamente aumentado para o dobro.

Em várias regiões começam a gerar-se protestos contra o aumento das cotizações para as Casas do Povo previsto para 1 de Janeiro do próximo ano. Segundo o despacho que aumenta as cotas, nalguns casos quase para o dobro, as cotas estabelecidas para 1970 «revelam ao fim de três anos marcada desactualização que se torna necessário eliminar». O Governo, que nega a subida do custo de vida, para encher os seus cofres já o sabe confessar.

Nenhuma!

Mais uma vez os organismos corporativos — os Grêmios da Lavoura — provaram que a única coisa que lhes interessa é a maior exploração dos camponeses, a cobrança de impostos, taxas e cotas e nada mais. Senão, vejamos: — No Grémio da Lavoura de Amarante, o técnico «permanente» da estação agrícola do Porto, nem se encontrava lá; pelo seu lado, o funcionário presente no Grémio limitava-se a registar as reclamações e teve o descaramento de afirmar que «tomava nota das queixas e esperava pela chuva»! E afirmou ainda que era essa a opinião do técnico agrícola. Em Braga o Grémio da Lavoura dizia que «estava a tomar providências», mas nada fez. Na Apúlia outro tanto se repetiu e por aí adiante.

Claro que as condições atmosféricas são muito importantes na agricultura, mas apesar disso há medidas, regas, pesticidas, etc., que podem ser utilizadas e dão resultado em pragas como esta, se bem empregues. O Governo diz que é para isso que existem os Grêmios, mas não! Como ficou claramente demonstrado uma vez mais, o seu único objectivo é a exploração desenfreada dos camponeses.

Sabemos que numerosos camponeses se dirigiram ao Grémio protestando e reclamando medidas, mas nenhum auxílio obtiveram.

É necessário, em situações como esta, que as nossas idas ao Grémio sejam colectivas, de todos os interessados e em conjunto, pois assim será maior a nossa força; que com exposições assinadas por todos, contendo as nossas reivindicações, exijamos a assistência técnica a que temos direito.

RADIO PORTUGAL LIVRE

Transmite diariamente:

Das 8 às 8,30 horas em 19, 20, 20,8 e 25 metros.

Das 19 às 21 horas em 19 e 25 metros.
Da meia noite e 20 à meia noite e 50 minutos em 25, 26, 32 e 36 metros.

Aos domingos transmite ainda das 13 às 13,30 horas em 19, 20, 25 e 26 metros.